

GLOBO CABO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF Nº 00.108.786/0001-65
NIRE 35.300.177.240

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2000**

I. Data, Hora e Local: 29 de novembro de 2000, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, à Rua Verbo Divino, nº 1.356, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

II. Presença: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

III. Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram convocados, extraordinariamente, pelo Sr. Roberto Irineu Marinho, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia.

IV. Composição da Mesa: Presidente: Sr. Roberto Irineu Marinho; Secretário: Sr. Moysés Aron Pluciennik.

V. Ordem do Dia: 1) Discussão da proposta da Diretoria para alteração das condições de determinação da remuneração das debêntures não conversíveis em ações da 3ª emissão da Companhia (as “Debêntures” e a “Emissão”), nos termos dos poderes delegados ao Conselho de Administração pela Assembléia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 23 de novembro de 2000, que deliberou sobre a Emissão (a “AGE”). Em virtude das condições atuais do mercado, a Diretoria propõe que o *spread* incidente sobre taxa de juros seja apurado por meio de procedimento de *bookbuilding* a ser organizado pelos coordenadores da distribuição das Debêntures; 2) Discussão sobre a alteração da forma de determinação do preço de subscrição das Debêntures; e, 3) Discussão sobre os índices de endividamento a serem observados pela Emissora durante o prazo de vigência das Debêntures.

VI. Deliberações: Colocados em discussão os itens constantes da Ordem do Dia, foram aprovadas, por unanimidade: 1) A alteração das condições de determinação da remuneração das Debêntures. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o seu valor nominal unitário e estabelecidos com base na taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, “over extra grupo” expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos e no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, (a “Taxa DI”), acrescida exponencialmente de *spread* máximo de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano (o “Acréscimo sobre a Taxa DI” e os “Juros

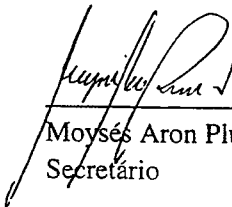


Remuneratórios”). O Acréscimo sobre a Taxa DI será apurado de acordo com o procedimento de *bookbuilding* a ser organizado e conduzido pelos coordenadores da distribuição das Debêntures, que consiste na verificação por estes últimos, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de *spread*. A remuneração final será equivalente à Taxa DI acrescida, exponencialmente, do menor *spread* oferecido pelos investidores para lotes de Debêntures cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures da Emissão. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da Companhia fixará o Acréscimo sobre a Taxa DI, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da Emissão que lhe foram delegados na AGE; 2) A alteração do preço de subscrição das Debêntures, que serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a data de emissão das Debêntures até a data de integralização; e, 3) O estabelecimento do seguinte índice econômico-financeiro a ser observado pela Companhia durante todo o prazo de vigência das Debêntures: a Companhia e suas controladas, consideradas conjuntamente, não poderão apresentar endividamento líquido registrado nos demonstrativos trimestrais consolidados superior a 6 (seis) vezes o EBITDA consolidado anualizado, sendo considerado: (i) endividamento líquido consolidado como: (a) qualquer obrigação da Companhia e de suas controladas, contingente ou de qualquer forma exigível, que seja representada por (a.1) empréstimos contraídos (independentemente da existência de garantia do credor baseada na totalidade ou parte dos ativos da Companhia e de suas controladas), seja na forma de antecipação de recursos, conta corrente a descoberto ou linhas de crédito de qualquer natureza, (a.2) notas promissórias emitidas no Brasil ou no exterior, debênture ou instrumento de natureza similar, cartas de crédito (incluindo a obrigação de compra de moeda), (a.3) obrigações relacionadas ao pagamento de aluguel ou outros valores relacionados à compra de bens contabilizados como ativo da Companhia que devam ser classificados como *leasing* financeiro de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a compra diferida de bens imóveis, e (a.4) contratos de proteção contra variação das taxas de juros, contratos de câmbio, contratos de proteção contra variações cambiais ou quaisquer outros contratos de natureza similar; (b) qualquer obrigação de terceiros de natureza similar às obrigações da Companhia descritas no item (a) acima, na qual a Companhia e/ou suas controladas tenham prestado garantia ou que de outra forma tenham se coobrigado; e (c) qualquer obrigação garantida por ônus ou gravame sobre os bens ou ativos da Companhia e/ou de suas controladas, independentemente de tais obrigações garantidas terem sido assumidas pela Companhia e/ou suas controladas. Do somatório dos itens (a), (b) e (c), a serem considerados para cálculo do endividamento



líquido, serão excluídas as disponibilidades financeiras da Companhia, assim entendidas aquelas descritas no artigo 179, inciso I, da Lei 6.404/76; e (ii) EBITDA como o somatório do (a) lucro (prejuízo) depois da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, (b) despesa financeira líquida, (c) provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, (d) depreciações e amortizações, (e) outras despesas líquidas não operacionais, (f) prejuízos decorrentes de participações minoritárias nos resultados de empresas com demonstrações financeiras consolidadas; e (g) prejuízo nos resultados de sociedades nas quais a Companhia detenha participação relevante (ou seja, empresas nas quais a Companhia tenha participação acionária entre 20% e 50% do capital total da sociedade investida, sempre determinados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil), conforme indicados no balanço patrimonial consolidado da Companhia, do último trimestre auditado, multiplicado por quatro. O índice econômico-financeiro de que trata este item 3 será medido e analisado toda vez que a Companhia divulgar suas demonstrações financeiras trimestrais. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata; a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente – Roberto Irineu Marinho; Secretário - Moysés Aron Pluciennik; Mauro Molchansky; Pedro Ramos de Carvalho; Nelson Higino da Silva; Mauro Muratório Not; Nelson Pacheco Sirotshy e Stefan Alexander.

A presente é cópia fiel do original lavrado no livro próprio da Companhia.


Moysés Aron Pluciennik
Secretário